



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 12649  
25 / 15 / 22

Folha N° 15 Rubrica 8

Processo: 12649/2022

Recorrente: Med Life Saúde, Gestão, Projeto Hospitalar Ltda.

Recorrida: Pro Coração Serviços Médicos Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 075 de 2022 - Processo Licitatório n. 33769/2021

Ilmo. Sr. Subprocurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 075 de 2022 - Processo Licitatório n. 33769/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresas especializadas para os serviços de bombeiro civil (brigada de incêndio), suporte de atendimento médico em eventos, apoio a segurança não armada e locação de banheiros químicos para eventos a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e Secretaria Municipal de Cultura.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 24 de maio de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal que a recorrida apresentou a planilha de custos de forma irregular, não contemplando todos os custos do processo, bem como que o Município, ao publicar o edital, vinculou diretamente a execução dos serviços à SEDEC 83/2016, porém, a descrição dos serviços contida em seus anexos não atende a referida norma, tendo em vista que nos itens 03 e 04 do edital não foi contemplado o enfermeiro, contrariando o que dispõe a referida norma, alegando, ainda, que não houve tempo hábil e legal para uma impugnação, pois o edital foi analisado às vésperas da realização do certame, podendo o Município a qualquer tempo rever seus atos, requerendo, ao final, a anulação do certame e adequação do edital com posterior publicação do mesmo.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 06/07, afirmando que as alegações da recorrente são impertinentes e infundadas, uma vez que na planilha foram apresentados todos os valores dos custos operacionais, não havendo qualquer vício que macule a planilha e demais documentos que a compõem. Afirma, ainda, que o edital obedeceu ao princípio da publicidade, estando disponível a todos os interessados que quisessem acessá-lo, prevendo prazo para impugnação antes da abertura da sessão, sendo caso de inércia da recorrente. Por fim, afirma que a alegação de vinculação direta da execução dos serviços à SEDEC 83/2016 não encontra guarida, sendo citada apenas no Apêndice B, bem como que a elaboração da planilha obedeceu aos critérios elaborados pela Municipalidade.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 08/11, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, encaminhou os autos à secretaria requisitante para pronunciamento dos responsáveis pela elaboração do termo de referência, na forma do item 30.5 do edital, por se tratarem de questões eminentemente técnicas.

Às fls. 12/13, a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade esclarece quanto ao questionamento sobre a contradição à SEDEC 83/2016 que após o título principal de cada lote

1 *bl*



foram incluídos "alguns subitens mínimos para servir apenas de ilustração às interessadas, visto que a partir da solicitação da emissão do CART e FARE, é necessário que se cumpra todas as Legislações, Normas (ABNT e CREMERJ) e Notas Técnicas - e suas atualizações - intrínsecas a emissão destes documentos, dentre eles a SEDEC 83/2016. Sem o respaldo e contemplação na íntegra dessas exigências, os órgãos competentes pela fiscalização de eventos não emitem seu Nada a Opor (Autorização), documento necessário para sua liberação do evento", anexando cópia de um formulário FARE às fls. 14 que comprova todas as necessidades, inclusive de enfermeiro.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta especializada jurídica para análise acerca da legalidade do recurso.

É o relatório.

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

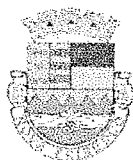
O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"

Como se pode ver, cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.



Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

No caso em exame, verifica-se que não foi objeto do recurso nenhuma questão passível de análise jurídica por esta Procuradoria Geral, cabendo ao Pregoeiro a análise da planilha de custos apresentada pela recorrida e sua adequação à proposta, e à secretaria requisitante a análise acerca da adequação da descrição do objeto dos itens 03 e 04 do lote 2.

Embora tal questão devesse ser objeto de impugnação ao edital, na forma do item 30.1 do edital, já que a recorrente alega que a descrição dos referidos itens está em desacordo com a legislação, fato é que a Administração está autorizada a rever seus atos a qualquer tempo, quando eivados de vícios de legalidade, devendo, portanto, a questão ser analisada, a fim de evitar prejuízo ao erário.

De fato, verifica-se que apenas na descrição do item 02 (suporte de atendimento médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas) consta como recurso mínimo, dentre outros, a exigência de 01 (um) enfermeiro, sendo certo que na descrição dos itens 03 (suporte de atendimento médico para eventos com público estimado entre 5.000 a 9.999 pessoas) e 04 (suporte de atendimento médico para eventos com público estimado entre 10.000 a 15.000 pessoas) o enfermeiro não foi incluído.

Verifica-se que a Resolução Sedec n. 83, de 05 de janeiro de 2016, expedida pela Secretaria de Estado de Defesa Civil, que dispõe sobre as normas gerais de ação para a análise do projeto de atendimento médico e demais procedimentos para obtenção de autorização para a realização de eventos especiais com estimativa de público superior a 1 (um) mil pessoas, traz em seu Título II os recursos mínimos exigidos para eventos de baixo e médio risco, da seguinte forma:

**TÍTULO II**  
**DOS RECURSOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA EVENTOS DE BAIXO E**  
**MÉDIO RISCO**  
**CAPÍTULO I**  
**DO DIMENSIONAMENTO DOS RECURSOS PARA O PÚBLICO**

*Art. 5º - Cada posto médico deverá contar no mínimo com um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e o apoio de uma ambulância tipo D, equipada e guarnecida de forma independente".*



25/05/22

10 Rubrica 0

**Art. 6º - Quando a estimativa de público situar-se entre 1 (um) mil a 5 (cinco) mil pessoas os recursos mínimos exigidos serão: I – 01 (um) posto médico com 02 (duas) macas; II – 01 (um) médico; III – 01 (um) enfermeiro e 01 (um) técnico de enfermagem; IV – 01 (uma) ambulância tipo D guarnecida e equipada de forma independente do posto médico.**

**Art. 7º - Quando a estimativa de público situar-se entre 5 (cinco) mil a 10 (dez) mil pessoas, os recursos mínimos exigidos serão: I – 04 (quatro) macas distribuídas em 02 (dois) postos médicos, respeitando-se o Art. 13 desta Resolução; II – 01 (um) médico para cada posto; III – 01 (um) enfermeiro para cada posto; IV – 01 (um) técnico de enfermagem para cada 02 (duas) macas ou fração; IV – 02 (duas) ambulâncias guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico, sendo 01 (uma) do tipo D e outra do tipo B.**

**Art. 8º - Quando a estimativa de público se situar entre 10 (dez) mil a 15 (quinze) mil pessoas, os recursos mínimos exigidos serão: I – 06 (seis) macas distribuídas em 03 (três) postos médicos, respeitando-se o Art. 13 desta Resolução; II – 01 (um) médico para cada posto; III – 01 (um) enfermeiro para cada posto; IV – 01 (um) técnico de enfermagem para cada 03 (três) macas ou fração; V – 03 (três) ambulâncias, guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico, sendo 01 (uma) do tipo D e 02 (duas) do tipo B.**

Como se pode ver, em todos os artigos há a exigência de, no mínimo, 01 (um) enfermeiro, sendo certo que, conforme narrado acima, apenas na descrição do item 02 do lote 2 (suporte de atendimento médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas) consta a exigência de 01 (um) enfermeiro.

Neste ponto, como narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade esclareceu que após o título principal de cada lote foram incluídos “alguns subitens mínimos para servir apenas de ilustração às interessadas, visto que a partir da solicitação da emissão do CART e FARE, é necessário que se cumpra todas as Legislações [...] intrínsecas a emissão destes documentos, dentre eles a SEDEC 83/2016”, afirmando que sem a [...] contemplação na íntegra dessas exigências, os órgãos competentes pela fiscalização de eventos não emitem seu Nada a Opor (Autorização), documento necessário para sua liberação do evento”.

Considerando se tratar de questão eminentemente técnica, cabe à referida secretaria a análise, eis que esta assessoria jurídica não tem expertise/competência acerca do objeto licitado, não podendo afirmar se a ausência da previsão de enfermeiro na descrição do objeto dos itens 03 e 04 do lote 2 pode acarretar na incorreção da planilha de custos e/ou consequente inexecução dos serviços.



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO DOSSO N° 12649  
DIA 25/05/22

Folhas N° 19 Rubrica 0

Pelo exposto, opina-se pelo retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade para ciência e decisão acerca do recurso, na forma do art. 109, §4º da Lei n. 8.666/93 e art. 13, IV do Decreto Federal n. 10.024/2019.

Após, deve o procedimento ser encaminhado à Comissão de Pregão II para ciência e adoção de providências de sua competência.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 24 de maio de 2022.

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães  
Subprocurador de Processos Administrativos  
Matr. 62.773